



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Instituto de Altos Estudos
Seminário de Jovens Cientistas
(org.)

Conclusões da Mesa Redonda
CIÊNCIA E MERCADO DE TRABALHO
11 DE MAIO DE 2018

LISBOA, 2018

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Conclusões da Mesa Redonda
Ciência e Mercado de Trabalho

ORG.

Seminário de Jovens Cientistas

EDITOR

Academia das Ciências de Lisboa

ISBN

978-972-623-349-7

LISBOA, 2018

ÍNDICE

Introdução: Prof.ª Doutora Manuela Chaves.....	4
Presidente do Seminário de Jovens Cientistas	
Intervenções:	
Doutora Cleia Detry	
Seminário de Jovens Cientistas.....	6
Doutor Paulo Granjo	
Rede de Investigadores contra a Precariedade Científica.....	7
Prof. Doutor Carlos Salema	
Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.....	8
Eng.º Luís Mira Amaral	
Presidente do Conselho da Indústria da CIP — Confederação Empresarial.....	9
Prof.ª Doutora Isabel Salavisa	
Vice-Reitora para a Investigação do ISCTE-IUL e CRUP — Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.....	10

INTRODUÇÃO À MESA REDONDA

Em meu nome, no dos meus dois colegas de direção, Prof Manuel Braga da Cruz e Henrique Leitão (o moderador desta Mesa Redonda), e também dos Jovens Cientistas que integram o nosso Seminário Permanente, quero fazer um agradecimento muito especial a todos os participantes na Mesa Redonda pela vossa disponibilidade. Passo a nomear:

Doutor Paulo Granjo, Responsável pela Rede de Investigadores contra a Precariedade Científica;

Doutora Mónica Bettencourt Dias, Diretora do Instituto Gulbenkian de Ciência;

Prof. Carlos Salema, Vice-presidente da Academia das Ciências de Lisboa e seu Presidente da Classe de Ciências;

Eng.º Luís Mira Amaral, Presidente do Conselho da Indústria da CIP

Prof.ª Isabel Salavisa, Em representação da CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Prof. António Feijó, Universidade de Lisboa

Bem-vindos!

Finalmente, cumprimento todos os presentes.

Umhas palavras para falar do nosso SJC:

O Seminário de Jovens Cientistas (SJC) foi criado em 2010 pela Academia das Ciências de Lisboa, por iniciativa do Senhor Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia, com o propósito de dinamizar a atividade da Academia no seio da sociedade e mais concretamente de ligar à Academia os

membros mais jovens da comunidade científica, a exemplo do que vem acontecendo noutros países da Europa.

No nosso caso, e de acordo com o respetivo regulamento, a Academia das Ciências de Lisboa convida jovens cientistas (até aos 40 anos de idade), de excecional mérito, escolhidos nas várias áreas do saber, para desenvolverem atividade no seio da Academia, numa perspetiva transdisciplinar e socialmente relevante. Essa atividade desenvolve-se durante um período não inferior a 3 anos. A seleção dos Jovens Cientistas é feita após consulta realizada aos Sócios da Academia e ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, de acordo com protocolo firmado entre as duas entidades.

Iniciámos em janeiro de 2017 o segundo ciclo de funcionamento do SJC. Este grupo de jovens cientistas é extremamente dinâmico e organizou-se em quatro grupos de trabalho com o objetivo de organizar ‘sessões de trabalho interdisciplinares’ que permitam tratar temas relevantes para a sociedade, produzindo documentos que possam ser utilizados pelos decisores de política científica e pela sociedade em geral. Os grupos são: Estratégia nacional de investigação, Lexicografia científica, A investigação fundamental e a criação de fundos na ACL e A segunda revolução verde.

Foi neste contexto que o primeiro grupo tomou a iniciativa de refletir sobre o problema da Ciência e do Mercado de trabalho em Portugal. Produziu um documento intitulado “Situação da Ciência e do emprego científico em Portugal”, que se encontra na página da Academia.

Em setembro começará uma nova iniciativa do SJC: as “Tardes na Academia”. Os temas que serão tratados por um Jovem Cientista e por um Académico/Investigador sénior.

Passo a palavra aos intervenientes na Mesa Redonda.

Maria Manuela Chaves

Lisboa, 11 de maio de 2018

Cleia Detry

Seminário de Jovens Cientistas

O emprego científico em Portugal está hoje sujeito a uma lógica descontínua e irregular. A reduzida previsibilidade da abertura de concursos, o número restrito de lugares e as fontes de financiamento reduzidas praticamente à FCT acentuam a precariedade do emprego científico.

O cientista passa muito tempo a concorrer a fontes de financiamento, a escrever propostas e a preencher formulários com taxas de sucesso de 10-20%. Será este um bom uso do tempo do investigador? Não será a estabilidade do emprego científico mais produtivo para a Ciência?

Quanto ao modo de financiamento do emprego científico, é urgente uma maior diversidade das fontes de financiamento e das áreas de integração de doutorados.

Isso leva-nos a um dos sectores que poderá vir a ter um impacto muito relevante no futuro — o sector privado. O financiamento privado da Ciência em Portugal é como sabemos reduzido. Comparando com outros países estamos muito abaixo do esperado. Seria necessário encontrar estratégias para promover a contratação de doutorados no sector privado e administração pública.

As Universidades são neste momento praticamente as únicas a contratar doutorados, apesar da elevada resistência à aplicação de lei 57/2017.

Seria importante olhar para este problema tendo em atenção aspectos críticos como a previsibilidade, a estabilidade e a diversidade de financiamento. Deste modo será possível uma melhor ciência e ao mesmo tempo um uso mais eficiente dos recursos aplicados nesta área considerada por todos como fundamental para o desenvolvimento do país.

Paulo Granjo

Antropólogo, Investigador do ICS-UL com contrato a termo incerto

Rede de Investigadores contra a Precariedade Científica

Hoje, falar de emprego científico é falar da precarização estrutural do sistema.

À custa dela atingiu massa crítica e insustentabilidade. Centros de investigação autónomos precisam de um quadro de investigadores permanente e de estabilidade para planearem programas de investigação de fôlego. Só a centros pseudoprivados, dirigidos por docentes e com mão-de-obra paga pela FCT, interessam uma precariedade generalizada e integrações a conta-gotas na docência. Uma dificuldade é que, à frente do ministério, da FCT e da UL, estão atores dessa cultura organizacional e interesses instalados, único fator que permite compreender os boicotes à regularização de situações abstrusas, via DL 57 e PREVPAP.

Alternativas? A fácil porosidade entre as carreiras de investigação e docência, com ou sem a sua conjugação. A contratação inicial através de postos de *tenure track*, com avaliação transparente e reforço de financiamento universitário, contabilizando os investigadores e investigação.

Ou o conhecimento é uma aposta estratégica nacional (aliás, barata), ou não é. Sendo-o, terá que ser feita superando lógicas de “tapa-buracos”.

Carlos Salema

Vice-Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

1. As bolsas de estudo só devem ser atribuídas para formação dos próprios ou para participação em acções de divulgação de resultados científicos ou tecnológicos.

2. O desempenho de outras tarefas deve ser titulado por um contrato de trabalho.

3. Aliás, o estatuto do bolseiro não permite que o período de bolsa seja superior a 6 anos. Aparentemente esta regra não tem sido cumprida.

4. A generalização do uso das bolsas deve-se a duas razões principais. Para o bolseiro (jovem), a bolsa confere um rendimento líquido quase igual ao de um contrato e, com a adesão ao Seguro Social Voluntário (pago pela instituição que confere a bolsa), uma cobertura quase igual à do contrato de trabalho (excepto o subsídio de desemprego). Para a instituição, a bolsa (com Seguro Social Voluntário) tem um custo pouco mais de metade do contrato de trabalho.

5. Como o financiamento da Ciência é muito aleatório, é difícil às instituições comprometerem-se com contratos permanentes.

6. Actualmente, dados de 2015, no Ensino Superior há 32 580 docentes. No mesmo formaram-se em Portugal 2350 doutores. Admitindo que todos os membros do corpo docente do Ensino Superior são doutorados e que a duração média da sua actividade docente é de 35 anos, para manter o corpo docente do ensino superior são necessário 930 doutores por ano, ou seja 40% dos doutores formados em Portugal. Noto que a hipótese de só se admitirem doutores no Ensino Superior conduz a um aumento (actualmente irrealista) do número de doutores necessário para a manutenção do corpo docente.

7. Há doutores a mais? Não. O que há é uma administração pública e uma indústria que quase não contratam doutores.

8. A política de emprego científico, como tem vindo a ser implementada, reduz de forma significativa a resiliência das IPSFL dedicadas à investigação. Estas, até aqui, tinham na sua estrutura de custo uma pequena fracção de custos fixos, fracção essa que aumentará fortemente, o que as torna pouco resilientes a alterações do financiamento da ciência.

9. Um ponto final sobre a liberdade de investigação, direito que é assegurado aos docentes do Ensino Superior, mas não pode sê-lo a estes investigadores uma vez que nos primeiros os vencimentos são justificados pela actividade docente, enquanto que nos segundos são-no pelos projectos ao abrigo dos quais foram contratados.

Luís Mira Amaral

Presidente do Conselho da Indústria da CIP — Confederação Empresarial

Na investigação gasta-se dinheiro, ou seja investe-se para se criar conhecimento. Na inovação empresarial utiliza-se o conhecimento entretanto criado para, através da gestão do conhecimento, se criar valor num contexto de mudança económica social, fazendo com que as empresas inovem em novos produtos e processos, diferenciando-se dos concorrentes.

É assim fácil de perceber que se um país fica apenas na fase da investigação científica e tecnológica a sua economia não se desenvolve. Nos governos em que participei, lançámos as bases para a investigação científica e tecnológica (Programa Ciência) e para a Investigação Industrialmente orientada e para a inovação empresarial (Programa Pedip).

O nosso país já está, felizmente, numa média europeia no que toca à investigação científica, mas é ainda infelizmente infraeuropeu em termos de inovação empresarial.

Entre 1999 e 2011, o número de doutorados aumentou de 8275 para 26175, mas a trabalhar em empresas eram apenas 2.1%, e o número de doutorados nas áreas das engenharias e das tecnologias diminuiu 11%.

É preciso alterar este estado de coisas, produzindo mais nas áreas da engenharia e das tecnologias e injectando mais doutores nas empresas. É preferível gastar o dinheiro público colocando-os nas empresas e pagando-lhes os salários durante dois anos, como fizemos no programa Jovens Técnicos para a Indústria, do que transformá-los em funcionários públicos sob a capa do emprego científico.

Assim: nem todos os doutorados podem ir para o Estado; devem ir cada vez mais para as empresas; nem todos os doutorados serão investigadores.

Como recursos humanos de elevado potencial também devem ser aproveitados como quadros técnicos na Administração Pública, onde falta gente qualificada, ve nas empresas evoluindo muitos deles depois para uma carreira de gestão.

Isabel Salavisa

Vice-Reitora para a Investigação do ISCTE-IUL

CRUP — Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

O ISCTE-IUL abriu um concurso público para a contratação de investigadores, ao abrigo da Norma Transitória do Decreto lei n.º 57/2017.

Segundo o entendimento da atual equipa reitoral do ISCTE-IUL, resolver as situações de precariedade na universidade constitui uma prioridade. Desta prioridade decorre a necessidade de assegurar maior estabilidade aos investigadores, reconhecendo a sua relevante contribuição para os progressos alcançados na ciência em Portugal. A medida tomada é um passo nessa direção.

Tal não diminui a necessidade de aumentar fortemente a inserção dos doutorados nas organizações públicas e privadas do país, qualificando-as para a nova sociedade em que o conhecimento avançado é central.